

---

## Diagnóstico participativo e intervenção social: Uma experiência de combate à pobreza e exclusão em meio rural

*Fabiola Zioni<sup>1</sup>*

### 1-Introdução

Em meados dos anos 90 a Faculdade de Saúde Pública com outras unidades da Universidade de São Paulo realizou um projecto de intervenção social visando contribuir para a melhoria das condições de vida de um município rural, localizado na segunda região mais pobre do Estado de São Paulo. Através de uma equipe multidisciplinar buscava-se, entre outros objectivos, incentivar e promover a organização dos moradores para a definição dos seus principais problemas e estabelecimento de propostas de intervenção. Para tal, era imprescindível contar com a participação de todos os segmentos da população local, desde o início do projecto.

O diagnóstico participativo, método utilizado tendo em vista esse objectivo e que será apresentado nessa comunicação, constituiu-se como um meio extremamente positivo para a identificação desses indivíduos que, além de expressarem a problemática local, poderiam contribuir significativamente para a formação de grupos de trabalho e acção.

Esse processo consistiu, basicamente, no uso de métodos e técnicas de inspiração etnográfica - como a observação com registo em diário de campo, entrevistas e grupo focal e permitiu um levantamento de problemas a partir da fala dos moradores, condição *sine qua non* para qualquer iniciativa de intervenção social, principalmente quando voltada para o tema da exclusão social.

A cerca de duas décadas, o termo "exclusão social" passou a ser utilizado para caracterizar situações como aquelas situações vividas pelos "meninos e meninas de rua", pelas populações pobres do meio rural, pelos desempregados urbanos, pelos trabalhadores precários e, também, por parcelas significativas dos segmentos incorporados ao mercado de trabalho mas sofrendo um processo crescente de perda de poder aquisitivo e pauperização. Todas essas situações, decorrentes da histórica desigualdade social brasileira, encontravam-se potencializadas pelo processo inflacionário dos anos anteriores e pelas transformações económicas e tecnológicas contemporâneas.

De acordo com o Martins (1999), o termo exclusão não é capaz de "capaz de captar o movimento da sociedade propriamente dito, o homem dominado pelas relações estruturais da sociedade em que vive, mas ao mesmo tempo, dotado de consciência, o homem dupla e contraditoriamente orientado pelos tempos da história e da vida quotidiana. Para Martins, quando se fala em exclusão fala-se de "situações dolorosas de ajustamento económico, político e social, o que se chama de exclusão é aquilo que constitui o conjunto de dificuldades, dos modos de vida e dos problemas de uma inclusão precária e instável. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações económicas". Lembra, também, que o termo denomina fenómeno anteriormente conhecido como "grupos marginais, "explorados" ou ainda "pobres", por diferentes correntes sociológicas.

O despontar do século XXI aponta para um contexto ameaçador principalmente no que tange a esses segmentos denominados "excluídos", ao aumento das taxas de desemprego somam-se políticas de Reforma do Estado que procuram uma redução na implantação e alcance de políticas públicas e sociais. O contexto cultural e político também age no sentido de limitar as possibilidades de construção de uma política representativa impedindo não só que se escute o que diz o excluído,

---

<sup>1</sup> Faculdade de Saúde Pública - USP -Brasil

mas também, criando barreiras ou dificuldades para que este desenvolva uma capacidade positiva de acção. A participação do excluído na vida social é feita, cada vez mais, através de uma imagem que lhe é imposta de fora. (LAPEYRONNIE 2000).

Neste quadro, a reivindicação por democracia, entendida como o reconhecimento de todo indivíduo particular como actor político que deve ser ouvido e respeitado em sua particularidade, torna-se vital para o enfrentamento da "nova questão social". Assim, a democracia passa a ser entendida como um processo de promoção de cidadania, ou seja, como a criação de espaços onde essa cidadania possa se enraizar em experiências individuais e colectivas concretas. O que se discute agora não é mais simplesmente integrar e socializar indivíduos para os transformar em cidadãos. Trata-se, ao contrário, de criar condições sociais que permitam a cada pessoa aceder com sua particularidade à cidadania e construir sua vida com o máximo de autonomia.

Assim, na actualidade, a questão social diz respeito não só à construção de direitos, à promoção de igualdade, mas também ao reconhecimento da diferença, à promoção de formas de participação real, participação essa entendida como o movimento, a prática de sujeitos e atores sociais capazes de elaborarem um discurso crítico sobre sua situação e a da sociedade em geral assim como de criarem novas propostas e novas orientações culturais para a sociedade como um todo (TOURAINÉ 1975). Discutir a pobreza ou a exclusão, na sociedade contemporânea significa discutir, também, os meios de participação política e social daqueles que sofrem o problema.

A experiência de pesquisa e intervenção que se pretende apresentar inspirou-se, de um lado, nessas preocupações teóricas e, de outro lado, por aspectos mais imediatos, como a necessidade de se realizar um diagnóstico sócio-económico, em um município onde seria implantado um projecto de desenvolvimento rural: Espírito Santo do Turvo. (EST). Mesmo correndo o risco de incorrer-se em um grave reducionismo teórico pode-se afirmar que as relações entre pesquisadores, estudantes e professores universitários e moradores de um pequeno município rural constituem-se como relações que põem em contacto duas sub-culturas. Apesar do processo de mundialização pelo qual valores, costumes e padrões ocidentais e urbanos tendem a homogeneizar comportamentos em quase todas as sociedades, persistem, ainda, diferentes estilos de vida, decorrentes de oposição consciente a essa padronização, de reacção identitária ou étnica e, ainda, decorrentes da dificuldade de acesso aos bens e serviços por questões económicas e sociais, pelo carácter excludente do processo económico ligado a essa mundialização (NASCIMENTO 1998).

Na sociedade brasileira, a elevada desigualdade social reinante permite pensar a relação entre as classes sociais como marcada por gritantes diferenças económicas e também culturais, na medida em que não são compartilhados de maneira igualitária os recursos materiais e simbólicos que compõem o universo nacional. Sendo assim, não serão poucas as ocasiões em que o entendimento das demandas populares, o desenvolvimento de um processo comunicativo entre profissionais e população, a implementação de programas ou serviços, por exemplo, exigirão processos mais elaborados para a compreensão da realidade. Daí a necessidade de se adoptar procedimentos que captem diferentes discursos de e sobre uma região ou um problema, assim como de se identificar os mais variados grupos sociais. Assim, para a realização do diagnóstico participativo em EST foram utilizados três procedimentos: varredura, grupo foco, pesquisa documental e bibliográfica.

## **2-Diagnóstico participativo**

### **Varredura**

O termo varredura foi inspirado em técnicas estatísticas e busca exprimir a ideia de cobertura total de uma região estudada. Seu objectivo consiste, a princípio, em garantir que, no estudo ou diagnóstico de uma região, de um município, todo o território seja incorporado ao processo de pesquisa. No caso do projecto para o qual se executava a pesquisa - Projecto UNIR

- Uma nova iniciativa em desenvolvimento rural” - a realização da varredura tinha também outro objectivo. Tratava-se de localizar, nos municípios, os "intermediadores sociais". Com esse termo designavam-se as pessoas que, sem experiências de participação em movimentos sociais, associações locais formais ou informais, tivessem uma representatividade junto ao seu grupo, assim como uma visão sobre a cidade e seus problemas, e propostas ou ideias para sua solução. Essa preocupação devia-se se à necessidade de integrar o maior número de pessoas para a elaboração do plano e formação de grupos de trabalho, sem mediações das autoridades e lideranças locais, já estabelecidas.

## **Procedimentos**

O trabalho iniciava-se pelo levantamento das áreas censitárias do município; para cada área eram designados dois pesquisadores. Um pesquisador ficava responsável pelo contacto com o entrevistado(a) enquanto o outro encarregava-se do registo da conversa em diário de campo. Após a entrevista recomendava-se à dupla que, quando possível, registassem a linguagem não falada, os gestos, as pausas, as expressões faciais e mesmo a relutância ou não em participar da pesquisa.

As entrevistas eram realizadas com pessoas que estivessem nas ruas, estradas, portas de estabelecimentos comerciais, de escolas, casas etc., e que aceitassem conversar. De fato, a entrevista consistia em uma conversa desenvolvida a partir do convite do entrevistador que se apresentava, explicava os objectivos da pesquisa, garantia o anonimato e, em caso de concordância, perguntava: Como é a vida em Espírito Santo do Turvo?

O conteúdo da entrevista era anotado pelo outro pesquisador e a mesma só deveria terminar por iniciativa do entrevistado ou quando o assunto começasse a ficar repetitivo. Ao final, o entrevistador(a) deveria perguntar se a pessoa estaria interessada em continuar a conversar sobre o município, a participar dos grupos de trabalho que poderiam vir a ser formados. Caso concordasse, seria solicitada uma maneira de se entrar em contacto. Após o período de horas designado para a realização das entrevistas de campo - que variava de acordo com a região, área rural ou urbana, necessidade de grandes deslocamentos a pé, e outros, as duplas se reuniam com o supervisor e faziam o relato das entrevistas. Uma área censitária era considerada "varrida", ou seja, o número de entrevistas realizadas era considerado satisfatório quando os assuntos e os temas tornavam-se recorrentes.

A realização da varredura foi precedida por uma ida ao campo pelos pesquisadores principais, para uma observação sistemática, desde as condições geográficas - terrenos acidentados, barreiras físicas para locomoção, etc., até à ocupação do espaço, a densidade demográfica, ao contacto com atores locais e a apresentação do projecto.

Após esse primeiro contacto, realizou-se o treinamento das duplas de entrevistadores e a tentativa de integração de moradores no diagnóstico. Para isso foram convidados professores, membros de associações de bairros ou religiosas, funcionários dos serviços públicos, associações profissionais. O treinamento, realizado no local em um fim-de-semana, com jornada integral, consistiu em uma discussão de carácter antropológico, de realização de pré-testes e rodadas de discussão após a apresentação de algumas situações de entrevista. A essa etapa seguiu-se o trabalho de campo realizado por duplas formadas por alunos de graduação e pós-graduação das unidades da USP envolvidas no projecto. Tomou-se o cuidado de se formar duplas de unidades diferentes e, quando possível, com um pesquisador mais experiente em cada dupla.

Após o trabalho de campo realizaram-se rodadas de interpretação para se proceder à consolidação dos dados e redacção de um relatório contendo a transcrição resumida e por temas dos conteúdos dos diários de campo. Esse relatório foi objeto de discussões com a comunidade (para

isso procurou-se contactar os entrevistados e outros moradores) e a partir dessa discussão foram criados os grupos focais.

### **Grupo Focal**

O grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes. O grupo focal utiliza a interacção entre os participantes do grupo para colher dados, que são produzidos a partir da discussão sobre os tópicos levantados pelo pesquisador. Isso permite aos integrantes reflectirem e opinarem sobre temas pelos quais talvez não tivessem – anteriormente – maiores questionamentos; Dessa maneira pode-se obter dados mais complexos do que aqueles obtidos em entrevistas individuais.

O grupo focal deve ser formado por um número entre sete e quinze indivíduos que compartilhem uma identidade referente ao tema estudado: moradores de um bairro, grupo etário, portadores de determinadas doenças, etc. As discussões devem ser conduzidas pelo pesquisador e dois assistentes, um deve se encarregar do registo das falas, dos cuidados com o gravador, etc., enquanto que o segundo deve se preocupar em registar a linguagem não falada: gestos, disposição das pessoas no grupo, expressões, etc. O pesquisador que conduz a reunião deve se preocupar em garantir que todos os entrevistados participem, evitando que alguém monopolize a conversa ou que se instaure um clima agressivo ou muito tenso. Reuniões de grupo-foco devem ser realizadas em locais "neutros", escolas, (se o tema não for educação) centros recreativos, e outros. Seu tempo de duração não deve ultrapassar uma hora e meia, lembrando-se que na primeira reunião talvez seja necessário um tempo maior para aspectos gerais como o entrosamento do grupo ou o entendimento da dinâmica e dos objectivos do encontro.

O número de grupos e de sessões deve ser definido pelo pesquisador de acordo com a problemática detectada, com os objectivos estudados, ou por outros critérios como o tipo e número de sub- grupos identificados e definidos como pertinentes para o projecto. Devem ser realizadas tantas reuniões quanto forem as necessárias para o entendimento do tema ou tantas quantas o grupo aceitar. Em EST, formaram-se grupos com moradores conhecidos através da varredura. Os temas para discussão foram seleccionados a partir das entrevistas e da varredura. Seu resultado mais importante foi a definição dos objectivos e de grupos de trabalho para a intervenção: projectos de geração de renda, desenvolvimento de sociabilidade e associações nos municípios, etc. As experiências da varredura e grupo focal permitiram a incorporação de novos atores na vida dos municípios assim como a definição de problemas a partir das representações, concepções e interesses mais plurais.

### **Pesquisa Bibliográfica e Documental**

Esse terceiro procedimento aliado aos relatórios das outras etapas, permitiu uma triangulação de dados, triangulação essa que compôs o diagnóstico e descrição do município.

### **Triangulação**

A análise dos dados levantados através deste desenho metodológico consiste na comparação entre os diferentes discursos levantados e os dados quantitativos obtidos através de consulta a diversas fontes de dados secundários.

- Mais do que validar dados qualitativos, com esse procedimento procurou-se trabalhar todas as diferentes representações sobre a realidade desenvolvidas naquele contexto, construindo-se, desta forma, um painel de possibilidades interpretativas. Esse painel que

constituiria, em última análise, o produto final do diagnóstico contribuiu para o conhecimento da realidade sobre a qual a equipe deveria actuar, realidade essa construída a partir do ponto de vista e das experiências da população. Através do contacto entre essas duas formas de conhecimento e de cultura procurou-se caminhar no sentido da ampliação da esfera pública ou da produção de um conhecimento mais próximo das exigências de uma ciência pós-moderna (SANTOS, 1985).

## **Procedimentos**

Após a realização de cada uma das fases da pesquisa devem ser realizados relatórios parciais. Na primeira fase, levantamento de dados secundários, deve ser redigido um texto que resuma as principais informações bibliográficas obtidas assim como os dados quantitativos. Nesse texto, além de uma descrição do local ou do tema estudado serão apresentados diagnósticos técnicos. No que diz respeito ao trabalho de campo, cada fase deve apresentar um relatório.

## **Observação, entrevistas, varredura**

O relatório pode consistir em um resumo dos diários de campo acrescido da análise temática das entrevistas, compondo uma primeira descrição do problema do ponto de vista da população local e das impressões do pesquisador. Também poderá ser realizada uma primeira comparação com os dados secundários obtidos na fase anterior, verificando-se a existência de uma temática comum (ou não) entre os dois universos pesquisados, a distância entre esses universos no que diz respeito à explicação de problemas e/ou identificação de soluções. Esse relatório pode ser enriquecido com imagens do campo de estudo.

## **Grupo focal**

O conteúdo das sessões de grupo focal também deverá passar por transcrição integral, leitura atenta e análise temática. Seria bastante desejável que essa primeira organização dos dados fosse submetida a rodadas de interpretação com a presença de elementos dos grupos. Após essas rodadas de interpretação deverá ser elaborado um relatório contendo o resultado das discussões: os principais temas, suas explanações, digressões, argumentos e informações.

## **Relatório final**

O relatório final será composto por três capítulos - relatórios parciais – e uma conclusão na qual consta a comparação entre todos os conteúdos. No caso de pesquisas mais acadêmicas recomenda-se uma leitura teórica desses dados através do recurso à bibliografia científica. No caso de pesquisas operacionais ou institucionais, como o apresentado, podem ser elaborados diagnósticos e planos de intervenção ou mesmo recomendações para acção

## **Comentários**

A pesquisa diagnóstica ou descritiva realizada com essa metodologia pode contribuir positivamente para com os programas de extensão universitária ou outras formas de trabalho social, de intervenção ambiental, de organização da sociedade visto que incorpora e contribui para a reflexão e enfrentamento de um grande tema contemporâneo, sobre o carácter e prática das políticas públicas e das propostas de intervenção.

Essas políticas desenvolvidas - com maior ou menor extensão, com maior ou menor qualidade - pelos diferentes estados nacionais sempre se nortearam por critérios baseados na lógica

das organizações prestadoras dos serviços (públicos ou não), lógica essa baseada nos critérios técnicos e associada, quando não subordinada, às políticas e prioridades económicas, em detrimento de outros sectores e de outras demandas.

Certamente, não foi pequena a magnitude do papel dos movimentos sociais para a criação e extensão de políticas que atendessem aos direitos colectivos, mas essa acção raramente foi suficiente para relativizar as influências hegemónicas na sociedade. Na actualidade, a expansão ou mesmo a manutenção dessas políticas encontra-se ameaçada pela crise de governabilidade pela qual passam os estados nacionais.

A crise desses estados não se resume, porém, na capacidade maior ou menor de extensão de serviços, mas também na capacidade de interpretar e de incorporar expectativas e demandas sociais, na capacidade de inclusão social. Para atender a esse último dilema faz-se cada vez maior a necessidade de ampliação do espaço público, de participação política dos cidadãos. Assim, torna-se vital o desenvolvimento de formas de comunicação e de canais de participação que considerem o fato de que nenhuma forma de representação do mundo está completa no sentido de atender ao desenvolvimento e emancipação do ser humano e que, diante da incompletude cultural somente se poderia actuar com formas dialógicas de conhecimento e práticas.

Nesse sentido, a proposta metodológica apresentada, constitui-se, também, como uma proposta de intervenção, interessada em colaborar na promoção de um diálogo entre culturas e grupos sociais, aceitando-se a crítica ao relativismo cultural desenvolvida por Boaventura Souza Santos. Para esse autor, todas as culturas apresentam limites ao pleno desenvolvimento e emancipação do ser humano; sendo assim, nenhuma cultura estaria completa e todas poderiam apreender e aproveitar-se das outras experiências. Pela tradição antropológica do relativismo cultural poderíamos incorrer numa aceitação desprovida de críticas de todas as culturas, inclusive daquela - dominante - do pesquisador, do observador. No limite essa postura levaria a um imobilismo, a uma aceitação passiva de todas as formas de dominação que também poderiam ser traduzidas como valores culturais. (SANTOS 1999, 2000). Procurar e por em contacto formas diferentes de percepção da realidade pode, assim, contribuir para uma democratização da sociedade.

### **3- Espírito Santo do Turvo**

O município de Espírito Santo do Turvo localiza-se e no Planalto Ocidental do Estado de São Paulo, a 320 quilómetros da cidade de São Paulo, capital do estado. A ocupação desta região data do final do século XVIII, tendo sido desencadeada pela decadência do Ciclo do Ouro e Mineração, que levou a população mais afectada das cidades mineiras a procurar novos territórios.

Nesse processo surgiram núcleos de povoamento e de produção que serviriam de base, anos mais tarde, para as fazendas de café que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, viriam marcar definitivamente a formação económica da região, já no contexto de implantação de um sistema capitalista agrário, revestido das seguintes características: monocultura; substituição da mão-de-obra escrava pela força de trabalho livre do imigrante europeu, com a adopção do sistema de colonato em regime familiar; aquisição, por parte dos cafeicultores, das pequenas propriedades; e ocupação das terras devolutas, num processo acelerado de concentração de propriedade fundiária (IANNI, 1984). (ROCHA1993).

O apogeu da cultura cafeeira perdurou até meados da década de 1920. Fenómenos naturais, económicos e políticos, como geadas, secas, superprodução, queda nos preços internacionais, geraram crises na monocultura cafeeira que culminaram com a queda dos "Barões do Café", em meio à crise mundial de 1929. Essas crises levaram à diversificação das actividades produtivas e à divisão dos grandes latifúndios, com o conseqüente aumento das médias e pequenas propriedades, que passaram, então, para as mãos de ex-colonos estrangeiros, em sua maioria italianos (IANNI, 1984).

Com a derrocada da elite cafeeira, o sector primário vivenciou, nas três décadas seguintes, a exploração da cultura algodoeira, que só iria perdurar até o início da expansão da cultura da cana-de-açúcar no interior paulista (PALOS, 2000). Essa expansão ganhou impulso durante a Segunda Guerra Mundial e pós-guerra, quando o eixo da agro-indústria canavieira transferiu-se do Nordeste para o Centro-Sul do país, em especial para o Estado de São Paulo. Alguns factores, dentre outros, contribuíram para tal transferência: crise das exportações de açúcar durante a guerra e a maior capacidade financeira dos produtores agrícolas do Sudeste, que já contavam com um parque industrial moderno e eficiente.

O modelo de desenvolvimento gerado pela expansão da cultura canavieira, na região oeste do Estado de São Paulo e em outras regiões do país, com a instalação de uma poderosa agro-indústria, foi um dos principais factores que contribuíram para um processo de concentração de investimentos nas mãos de poucos usineiros e, conseqüentemente, para um novo processo de concentração da propriedade fundiária, da renda e do poder político. Esse processo intensificou-se após a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) no início da década de 1970 (GOULART, 1994).

A partir desse factor económico as relações de produção no campo modificaram-se substancialmente. As pequenas e médias propriedades aglutinaram-se aos latifúndios de diversas maneiras, ora por meio da concentração da propriedade jurídica da terra, ora com base em contratos de arrendamento e de fornecimento, ficando, assim, inteiramente sujeitas às cláusulas contratuais impostas pela empresa monocultura. (GOULART, 1994).

A cultura da cana-de-açúcar causa grande impacto sobre as localidades e sobre a vida da população, uma vez que prescinde do trabalho familiar e da utilização de assalariados permanentes. Segundo diversos pesquisadores brasileiros, os trabalhadores rurais, que habitavam as fazendas, desde a época do café, no ciclo da cana passaram a ser despejados das fazendas e a migrarem para áreas urbanas, onde se instalaram em bairros de periferia, transformando-se em assalariados temporários, também chamados volantes ou bóias-frias.

Actualmente, em espírito Santo do Turvo como em toda a região, a ocupação massiva de mão-de-obra dá-se apenas nos períodos de colheita, o que gera o crónico problema de desemprego durante a entressafra. As actividades de curta duração (empreitadas) são baseadas nos sistemas de turmas e intermediadas por “gatos” (empreiteiros de mão de obra rural). Essas novas condições nas relações de trabalho geraram inúmeras questões como êxodo rural, trabalho pessimamente remunerado, relações empregatícias clandestinas, altos índices de acidentes do trabalho, entre outros (IANNI, 1984; ALVES, 1991).

Nas últimas três décadas, as actividades agrícolas na região, como em quase todo Brasil, vêm passando por rápidas transformações. Essas mudanças foram particularmente importantes no estado de São Paulo, onde a agricultura desempenhou, historicamente, o papel de motor do desenvolvimento económico. Até o início da década de 1970, as plantações do estado dependiam basicamente da fertilidade inicial dos solos e das cinzas resultantes de queimadas usadas para a limpeza da floresta. Nos primeiros anos a produtividade era elevada, mas decaía gradativamente conforme a fertilidade derivada da floresta original ia sendo usada pelas culturas. Como as áreas florestadas eram abundantes, era mais fácil para o fazendeiro abrir novas áreas do que tentar manter a produtividade naquelas usadas e empobrecidas. A partir da década de 1970, houve um processo de modernização da agricultura, baseado, sobretudo, no uso intensivo de produtos químicos como fertilizantes e praguicidas. Os ecossistemas naturais complexos vinham sendo substituídos por ecossistemas simplificados de monoculturas, cuja produtividade passou a ser mantida por meios artificiais e caros (MONBEIG, 1984).

Na maior parte das áreas a monocultura não beneficiou as populações locais, uma vez que utiliza pouca mão-de-obra; com excepção de determinados pólos de desenvolvimento regional - as economias dos pequenos centros urbanos, do estado de São Paulo, até o final dos anos 90, estavam estagnadas: suas populações vinham decrescendo assim como se registava um processo de

degradação ambiental relacionado ao uso indiscriminado de defensivos agrícolas, à erosão dos solos e consequente redução da fauna e da flora nativas. Esse processo constitui o outro lado daquele de urbanização e metropolização, que fez da capital do estado - a cidade de São Paulo - e municípios a seu redor, uma das maiores conurbações do mundo, com mais de 17 milhões de habitantes e uma economia globalizada (MILTON SANTOS, 1994), assim como o reverso ou a contrapartida perversa dos sucessos alcançados, nos últimos anos, pela agro-indústria, ou pelos sectores ligado a ela.

Pouco se tem estudado sobre esses pequenos municípios que, afectados pela concentração demográfica e económica em grandes cidades, vêm enfrentando um círculo vicioso de desemprego, pobreza e degradação ambiental. Além disso, pouca atenção política vem sendo dada a eles. Muitas das dificuldades que assolam municípios como EST têm sua origem no modelo de desenvolvimento que se estabeleceu na região (PALOS, 2000).

Espírito Santo do Turvo existia, como núcleo habitacional e produtivo, desde o final do século XIX. A data de sua fundação é bastante controvertida, mas é conhecida a data oficial de sua elevação à categoria de freguesia: 23 de Março de 1878, no entanto sés status administrativo oscilou sempre em compasso com as oscilações económicas. Sua principal actividade económica, até o final da década de 1910, girava em torno da pecuária extensiva. Foi ponto de entroncamento de estradas para o Paraná, Mato Grosso e municípios da Alta Paulista., tendo desempenhado um papel relativamente importante no desenvolvimento regional mas, ao longo dos anos, acabou por sofrer um retrocesso económico. No início do século XX, porém, conseguiu tornar-se um grande produtor de amendoim e algodão; esse ciclo, porém, não se perenizou nem levou ao desenvolvimento local. Somente nas últimas décadas do século ter-se-ia registado uma pequena recuperação com a instalação de uma destilaria de álcool, em 1978, que permitiu seu retorno à condição de município autónomo, em 1990 (MACHADO, 1999).

De acordo com o Recenseamento Nacional de 2000 (IBGE, 2001), a população total do município era representada por cerca de 3.677 habitantes, o que caracteriza sua zona urbana, em termos brasileiros, como de pequeno porte, ainda que cerca de 90% da população esteja nela concentrada, principalmente no Conjunto Habitacional Canaã, moradia popular construída pelo Governo do Estado (ZIONI, 1996).

A área urbana de espírito Santo do Turvo é dominada pela praça principal, onde se localiza a Igreja Católica. Essa praça constituía-se como o principal espaço público de sociabilidade e lazer, disputado por crianças, jovens e adultos da cidade. Observa-se que existe no município, além da igreja católica, uma disseminação massiva de diversos cultos evangélicos, como as igrejas "Deus é amor", "Deus é vida", "Assembleia de Deus", "Testemunhas de Jeová", "Igreja Quadrangular" entre outras. De acordo com um rápido levantamento, existiriam catorze locais de culto dessas religiões. Considera-se bastante pertinente e provocadora a posição do antropólogo Georges Balandier, que se refere à diversificação e disseminação de locais de "produção e gestão do sagrado": .

“Os movimentos religiosos não tradicionais abrem o mercado de bens simbólicos necessários à formação pessoal, à busca de uma salvação individual e colectiva e antes de tudo secular em razão das perdas de sentido resultantes da modernidade” (BALANDIER, 1997, apud PALOS, 2000)

A economia do município baseia-se, sobretudo, na monocultura de cana-de-açúcar, modelo de desenvolvimento responsável por vários problemas de renda e emprego, junto à maioria da população, além de produzir significativas mudanças na paisagem e degradação ambiental.

### **População urbana : A mulher domina a cena**

A pesquisa realizada em EST encontrou, no campo das relações de emprego e trabalho, um quadro que pode ser sintetizado da seguinte forma: *assalariados da Usina (trabalhadores de escritório e motoristas); trabalhadores de serviço público (actividades burocráticas, colecta de*



*lixo, limpeza pública, professores, directores de escola, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, pajens, coordenadoras das Oficinas de Artesanato); trabalhadores do sector de serviços (pedreiro, pintor, marceneiro), esses últimos representados principalmente por antigos assalariados da Usina, que, desempregados, passaram a exercer actividades no mercado informal de trabalho; donas de casa, artesãs e bóias-frias.*

Segundo os moradores, ao longo de um ano só é possível conseguir ocupação, na lavoura, na época da safra, e somente por um período de apenas quatro meses. Em anos anteriores, era possível obter-se uma colocação por cerca de seis meses o que permitia maiores ganhos e a possibilidade de se usufruir do seguro desemprego, na entressafra; com uma contratação inferior a seis meses esse direito tornou-se inacessível.

Essa situação forçou o desenvolvimento de diferentes estratégias de sobrevivência no município, tais como: venda de sorvetes, criação de galinhas, plantações domésticas, dentre outras, actividades que se caracterizariam como um mercado informal, no interior do qual a mulher assumiu um papel relevante para a melhoria da renda familiar. Além disso, essa prática engendrou relações de cooperação e solidariedade bastante significativas que vão de encontro a uma fala recorrente, no município, sobre uma alegada falta de união dos moradores para resolução de problemas comuns.

Essa afirmação baseia-se na observação de que esse mercado informal sobrevive graças à persistência de relações primárias, próximas, de vizinhança, que apontam para um espaço de solidariedade, contrastando com esse alegado “ethos” individualista. Essa prática, dinamizada por formas de organização como a Associação de Mulheres de Espírito Santo do Turvo (AMESP) e a Associação de Artesões de Espírito Santo do Turvo (ARTEST) -, tem garantido a sobrevivência e a manutenção de um número significativo de famílias no município, principalmente na zona urbana.

As duas associações que se originaram, uma, por iniciativa de um antigo prefeito (ARTEST) e outra como resultado da iniciativa da população e apoio do Projecto UNIR, têm actuado no sentido de se tornarem cada vez mais autónomas: organizaram-se como entidades jurídicas, com existência legal e financeira, mantêm-se graças às suas próprias iniciativas de procura de trabalho e mercado, assim como de financiamentos internacionais, como exemplo pode-se citar que a AMEST teve sede própria construída e equipada com recursos de uma entidade estrangeira.

Do ponto de vista sociológico, estas associações e o trabalho desencadeado pela intervenção social criaram espaços de participação pública que transformaram relações no âmbito da família, das relações de género e inter-gerações. Esses espaços também têm propiciado experiências e acções colectivas. O Conselho Tutelar de Infância e de Adolescência de EST, a iniciativa de Mutirão de Limpeza de caixas d’água e quintais para o combate à dengue, são exemplos citados em depoimentos de moradores da cidade, de novas formas de organização social.

Como mais um exemplo para ilustrar as mudanças ocorridas no município vale lembrar que, por ocasião das eleições municipais de 2000, a AMEST promoveu um debate público entre os candidatos a prefeito, fato bastante insólito na vida política do interior de São Paulo e na cultura política nacional, conforme conhecimento estabelecido na área e bastante consensual entre vários autores.

Esses fatos isolados apontam no sentido de uma tendência, referida a uma dimensão dos movimentos sociais, de participação política, que já na década de 1980 era salientada por Tilman Evers (ZIONI, 1994). Para esse autor, a capacidade de transformação que os movimentos sociais podem levar à sociedade repousa muito mais em acções quotidianas, sociais, do que em grandes marcos jurídico-políticos. Por esse motivo, acredita-se que as transformações ocorridas no âmbito do quotidiano possam ser uma das áreas mais importantes no que diz respeito à análise dos movimentos sociais e da mudança social.

## **Zona rural: A grande propriedade e a propriedade familiar dividem o palco**

Ao longo de trabalho de campo na zona rural do município percebeu-se uma distinção geográfica e social bastante acentuada. Da sede municipal em direcção ao Bairro Rural de Alambari, na porção oeste do município, constata-se o predomínio de grandes glebas cujos proprietários, na sua grande maioria, não moram na propriedade. Essas terras são ocupadas principalmente por criação extensiva de gado e cultivo da cana-de-açúcar.

O número de empregados nessas fazendas raramente excede vinte a trinta pessoas. Durante deslocamento com veículo nas estradas do município, raramente a equipe cruzava com pessoas, indicando baixa densidade demográfica.

As pessoas entrevistadas nessas fazendas revelavam desconhecimento do que ocorre no município, como um todo. É bastante comum encontrar – se pessoas que passam meses, e mesmo anos, sem ir à cidade ou sem sair da propriedade. Seu desconhecimento sobre o município é comparável ao dos trabalhadores sazonais, oriundos de outras cidades, regiões e estados, que vêm trabalhar na cana-de-açúcar e que, apesar de morarem em alojamentos na entrada do município não sabem discorrer sobre a cidade, alegando "não sair do alojamento, só sair para trabalhar".

Essa situação contrasta vivamente com a realidade observada em áreas onde predominam as pequenas propriedades de carácter familiar. O relato desses moradores mostra que, apesar de sua precária situação económica e de seu reduzido contacto com a vida na cidade, desenvolvem uma postura mais voltada para o colectivo. Vários proprietários discorreram e enunciaram posições particulares sobre temas políticos nacionais e locais, revelando conhecimentos e informações antigas e recentes. Alguns referiram ao hábito de participar de actividades colectivas de lazer (Bailes da Terceira Idade) ou de política social institucional (Conselho de Saúde).

Em alguns casos, a propriedade familiar rural serve mais como moradia do que como produção de renda; em outros, a família vive da aposentadoria, não explora mais a propriedade. No entanto, nota-se entre os moradores, a persistência de vínculos com a terra ou, pelo menos, com o local. Entretanto, o baixo preço do leite e as dificuldades da agricultura estão expulsando os jovens do campo. Esse êxodo, porém, parece acontecer mais por força de injunções externas.

Entre os proprietários rurais entrevistados, percebeu-se um conhecimento acentuado sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, motivado, talvez, pelo fato de suas terras estarem bastante degradadas. Em um caso este conhecimento chegava próximo a uma consciência política, a uma situação de sujeito/actor social:

"A própria natureza pode reconstruir, mas ela é lenta e o mundo é muito rápido. O minério, o ferro, tudo é tirado da terra... as indústrias, os edifícios, tudo enfraquece a terra... mas tudo fica pior por causa da ganância... E a água? O que eu faço do lixo nesse rio? Nós somos muito incultos. Por que não reciclar o plástico?"

### **4 - Considerações finais**

A gravidade das condições de vida nos municípios rurais aponta, mais uma vez, para a perversidade da estrutura fundiária brasileira, marcada pelo binómio latifúndio-minifúndio. Persistente há 500 anos, esta estrutura fundiária ter-se-ia mantido intacta, não fosse o constante crescimento do latifúndio às expensas do minifúndio, ou seja, apesar de numerosas, as pequenas propriedades estão diminuindo, em diferentes regiões do país, em relação ao número total de grandes propriedades. O esforço recente de reforma agrária não tem sido suficiente para alterar o perfil de distribuição de terras no Brasil.

Apesar de se apresentarem sob formas e sentidos extremamente diversos, em função das diferenças entre as várias regiões do país, as pequenas propriedades compartilham uma característica muito significativa: a de se enquadrarem na situação de propriedade familiar.

Propriedades familiares são aqueles que: não contam com trabalhadores assalariados permanentemente; em determinadas épocas, utilizam até cinco trabalhadores assalariados por no máximo um mês; no caso da contratação de trabalhadores, não utilizam intermediários. Apesar de representarem cerca de 70% das propriedades rurais do país e ocuparem mais da metade da mão-de-obra rural (54%), as propriedades familiares detêm somente 21% da superfície agrícola total do país. Do ponto de vista económico, são importantes e numerosas no Nordeste e Sudeste (David, M. B de A, 1995).

Apesar da situação tensa, apresentada pelos municípios estudados, do ponto de vista de emprego e rentabilidade, percebe-se que estas propriedades familiares podem desempenhar um papel importante como forma de ocupação da mão-de-obra rural. Para isso são necessários programas de geração de renda e políticas económicas que incentivem a produção de géneros alimentícios para o mercado local e regional. Exige-se, para isso, um nível de mobilização que está sendo buscado pelos programas de intervenção e, em Espírito Santo do Turvo, já se vislumbram resultados significativos.

Do ponto de vista do rendimento económico da propriedade, alguns estudos mostram que essas propriedades teriam rendimento próximo a zero no nordeste e negativo no centro-oeste. Essa situação indicaria um papel não propriamente agrícola da propriedade, ou seja, poderia representar unidade de residência, com fontes alternativas de renda. Nesses casos, a actividade agrícola seria deficitária ou voltada para o auto-consumo. Outra hipótese seria considerar esse tipo de propriedade como capaz de garantir a sobrevivência da família, enquanto que uma renda monetária eventual seria obtida mediante empregos sazonais em outras propriedades agrícolas, ou realização de "bicos" nas cidades próximas. Essa última situação é muito próxima daquela encontrada em EST.

A existência de políticas sociais (financiamentos à pequena propriedade, serviços de educação e saúde acessíveis à população rural) constitui requisito central para a promoção do desenvolvimento. A implementação de políticas sociais destinadas a dotar as cidades médias do interior de infra-estrutura económica e de equipamentos colectivos para populações com necessidade básicas ainda não atendidas, é urgente pois que boa parte da população dessas cidades, adoptam estratégias de vida que alternam actividades rurais e urbanas, isto é, procuram trabalho sazonal na agricultura e/ou em actividades urbanas. A precariedade do trabalho traduz-se, então, em precárias condições de vida e exclusão social.

Para reverter essa situação faz-se necessário caminhar no sentido da adopção de novos paradigmas, como aponta Boaventura Souza Santos (SANTOS, 2000). Para esse autor, a crise do Estado Providência - uma das faces da crise da modernidade - exige a criação de novos caminhos e orientações que, rejeitando o individualismo, a atomização do sujeito, a desregulamentação da sociedade pela valorização do mercado, apostariam na criação de um outro paradigma, dialógico e plural, para o conhecimento e intervenção social.

No que tange à experiência de pesquisa e intervenção realizadas em Espírito Santo do Turvo, percebeu-se que, diante das dificuldades económicas, varias actividades, verdadeiras extensões das actividades domésticas, são desenvolvidas pelas mulheres quase como recursos desesperados para manutenção mínima de vida. A esse respeito, o método de pesquisa realizado permitiu que se percebesse que uma situação extremamente negativa também pode representar um espaço de criação de identidades, de solidariedades, de acções colectivas, percebeu-se que essas actividades contribuíram para a criação de sujeitos, de atores sociais. A partir desse tipo de "achado" da pesquisa e com intensa participação dos grupos formados no trabalho de campo, foram desenvolvidas as acções do projecto de intervenção.

Ao final do projecto foram criadas associações que organizaram novas estratégias de sobrevivência, novas formas de geração de renda que aliviariam a situação de pobreza do município. Essas associações passaram, principalmente, a desenvolver um conjunto de acções bastante significativo do ponto de vista democrático, como a participação em conselhos gestores ou no próprio processo eleitoral, participação essa que apresenta condições elevadas de autonomia.

A experiência de pesquisa e de intervenção social relatada faz parte de um conjunto significativo de iniciativas implementadas no Brasil, ao longo dos últimos anos. Ainda que não sejam poucos seus limites é inegável sua contribuição para o enfrentamento da questão social.

## Bibliografia

- ANDRADE, M C de. Modernização e Pobreza. Editora UNESP, 1994.
- DAVID, M B de A - "La modernisation <perverse> de l'agriculture et la structure de la propriété de la terre au Brésil". Cahiers du Brésil Contemporain. Numéro Spécial , Paris, EHESS, 1995.
- GOULART MP- Sertãozinho- "O Pacto Caipira". São Paulo em Perspectiva, Fundação S
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Pesquisa realizada em 13 de set. de 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Contagem populacional 1996. <http://www.ibge.gov.br>.
- IANNI, O - *As origens agrárias do Estado Brasileiro*. SP, Editora Brasiliense, 1984
- LAPEYRONNIE, D., La nouvelle question social, Université Victor Segalen, Département de Sociologie, Bordeaux, 2000
- MACHADO, R.D.G.T. Espírito Santo do Turvo. Relatório de projecto de Pesquisa. S. Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. 1999. 16p.
- MARTINS, J.DE S., *A exclusão social*, Petrópolis, Vozes, 1999 p.27
- MONBEIG, P., *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Hucitec. São Paulo, 1984.
- NASCIMENTO, E.P., Globalização e exclusão social, fenómenos de uma nova crise da modernidade, in, DOWBOR,L., IANNI,O. RESENDE,P.E.A., (org.) , **Desafios da globalização**, São Paulo, Editora Vozes, 1998
- PALOS, C.M.C. Meio ambiente e saúde em Espírito Santo do Turvo- SP : um estudo das representações sociais das integrantes do movimento de mulheres. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Prática em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2000.s1
- SANTOS, B.S., *A crítica da razão indolente : contra o desperdício da experiência*. São Paulo , Cortez-Hucitec,2000.
- , B.S., Reinventar a democracia: entre o pré - contratualismo e o pós - contratualismo. In OLIVEIRA, F., e PAOLI, M.C., *Os sentidos da democracia, políticas de dissenso e hegemonia globais*, São Paulo, Editora Vozes, 1999.
- TOURAINÉ, A., *Colapso da Modernização*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- ZIONI, F. - Pesquisa Participante: relato e avaliação de uma experiência de pesquisa. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP,1994.